EDUCAÇÃO ESPECIAL DO CAMPO NO CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Ana Carolina de Souza Alves[1]; Juliane Dayrle Vasconcelos da Costa[2]; Raphaella Duarte Cavalcante Lopes[3]

[1] Graduanda em Pedagogia, Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus Castanhal, PA, Brasil. E-mail: carolina.alves@castanhal.ufpa.br

[2] Doutora em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos, SP, Brasil. E-mail: julianecosta@ufscar.br

[3] Docente da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus Castanhal, PA, Brasil. E-mail: raphaella@ufpa.br

RESUMO:

O estudo teve como objetivo analisar as produções que evidenciam a interface entre Educação do Campo e Educação Especial, presente nos anais do CBEE de 2018 a 2025. Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura, desenvolvida a partir dos trabalhos publicados nos anais do evento, disponíveis no site do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos. A busca utilizou o termo de busca "educação do campo" e foram selecionados 26 trabalhos. Os resultados foram organizados em duas categorias: 1) Caracterização dos estudos; 2) Temáticas evidenciadas nas produções. Os resultados indicam maior concentração de estudos nos anos de 2018 e 2023, com predominância de pesquisas qualitativas voltadas ao Atendimento Educacional Especializado, às políticas públicas e às práticas pedagógicas inclusivas nas escolas do campo. Conclui-se que, há presença de produções sobre a interface entre Educação Especial e Educação Campo, observa-se que há uma oscilação ao longo dos anos analisados da temática no CBEE.

Palavras-chave: Educação do Campo; Educação Especial; Produção Científica; Congresso Brasileiro de Educação Especial.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito social fundamental e dever do Estado, assegurando a todos igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (Brasil, 1988). Somado a isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reconhece a diversidade dos sujeitos e contextos educativos, prevendo modalidades específicas de ensino para atender às particularidades socioculturais da população Brasileira (Brasil, 1996).

Nesse contexto, considerando as dimensões continentais do Brasil e a diversidade de realidades socioterritoriais que o constituem, o ser e o fazer educacional assumem configurações distintas nas diferentes regiões, localidades e espaços urbanocêntrico e campo. É justamente nesse cenário que se insere a Educação do Campo, expressão das especificidades históricas, culturais e produtivas das populações que vivem e trabalham no campo.

A Educação do Campo é definida pela Resolução CNE/CEB nº 2/2008 como a modalidade que compreende a Educação Básica em suas diferentes etapas, destinada ao atendimento das populações rurais em suas diversas formas de produção da vida (Brasil, 2008). A normativa reconhece como sujeitos da Educação do Campo: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas, entre outros (Brasil, 2008).

A Educação do Campo emerge das lutas históricas dos movimentos sociais camponeses como contraposição a modelos educacionais homogêneos e urbanocêntricos, defendendo uma escola vinculada aos territórios, às culturas e aos modos de vida das populações do campo (Arroyo, 2012; Caldart, 2004). Ao mesmo tempo, sua constituição também se dá como resposta às desigualdades históricas no atendimento educacional às populações campesinas, marcadas por políticas públicas insuficientes e pela persistência de lógicas urbanocêntricas na organização da oferta escolar (Batista, 2023; Cruz, 2019; Melo; Pereira, 2020). Nesse sentido, a Educação do Campo se configura como um projeto político-pedagógico em disputa, tensionado entre avanços conquistados pelos movimentos sociais e os limites estruturais impostos por políticas educacionais que, muitas vezes, desconsideram as especificidades socioterritoriais do campo.

Nessa perspectiva, a intersecção entre Educação do Campo e Educação Especial torna-se fundamental para garantir o direito à escolarização dos estudantes público da Educação Especial nas instituições campesinas, uma vez que a inclusão escolar nesses contextos exige o reconhecimento das especificidades sociais, culturais e territoriais que atravessam a vida no campo (Fernandes; Nascimento, 2022).

A legislação brasileira reconhece a necessidade de uma organização escolar que considere os modos de vida, o trabalho, a cultura e o território das populações campesinas, conforme estabelecem as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Brasil, 2002) e o Decreto nº 7.352/2010 (Brasil, 2010).

Outra modalidade apresentada na legislação brasileira é a Educação Especial, que perpassa de modo transversal todos os níveis e etapas da educação e tem seu papel fortalecido por meio da Política Nacional de Educação Especial, instituída pelo Decreto nº 12.686/2025. É

importante destacar que o público da Educação Especial é composto por estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, garantindo-lhes acesso, permanência, participação e aprendizagem em todo o processo educacional, com oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE (Brasil, 2025).

Estudos recentes sobre Educação Especial em contextos do campo mostram que, embora o direito à inclusão esteja legalmente assegurado, sua efetivação enfrenta desafios significativos. Lima, Vilaronga e Costa (2025) objetivaram analisar as interfaces da Educação Especial em um contexto ribeirinho amapaense. As autoras identificam limites relacionados à formação docente, à organização do AEE e à disponibilidade de recursos pedagógicos acessíveis, evidenciando um distanciamento entre as normativas legais e as condições concretas de escolarização.

No estudo de Santos, Ribeiro e Fernandes (2023) identificou-se um número reduzido de pesquisas voltadas especificamente a essa temática, o que evidencia a invisibilidade dessas crianças nos dados oficiais. As autoras apontam, ainda, a existência de uma dupla vulnerabilidade relacionada à deficiência e ao território, reconhecida em documentos normativos, mas ainda pouco materializada em políticas públicas e práticas educacionais. Esse cenário alerta para a necessidade de ampliar o debate sobre deficiência, território e infância de forma articulada, superando análises fragmentadas que não contemplam a complexidade das múltiplas marcações sociais que atravessam esses sujeitos.

De modo semelhante, Silva e Oliveira (2025), ao investigarem a percepção docente sobre o AEE em uma escola quilombola da Amazônia amapaense, tiveram como objetivo compreender como o AEE vem sendo desenvolvido nesses contextos. Os resultados apontam que, apesar do reconhecimento da importância da Educação Especial, a ausência de infraestrutura adequada, de profissionais especializados e de materiais acessíveis compromete a efetivação de práticas inclusivas nas escolas do campo.

No estudo de Moraes, Costa e Oliveira (2019), cujo objetivo foi analisar as condições de acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência física em escolas públicas do município de Cametá/PA, os autores identificam fragilidades na acessibilidade arquitetônica, limitações na organização do AEE e insuficiência de recursos pedagógicos, revelando um descompasso entre as diretrizes legais e as condições concretas de implementação da inclusão escolar.

No estudo de Nozu, Gonçalves e Fernandes (2025) que investigaram as políticas de Educação Especial do/no Campo nos sistemas estaduais de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Pará, com o objetivo de evidenciar aproximações e distanciamentos entre normativas e

condições materiais de escolarização. A partir do exame de documentos oficiais e microdados do Censo Escolar, os autores demonstram que, embora existam previsões textuais que mencionam a interface entre Educação Especial e Educação do Campo, os indicadores revelam precariedade ou ausência de recursos de acessibilidade e de salas de recursos multifuncionais nas escolas do campo, reforçando a distância entre o discurso normativo inclusivo e a realidade concreta dos territórios camponeses.

De modo complementar, Nozu (2023), ao discutir as interfaces entre Educação Especial e Educação do/no Campo, teve como objetivo problematizar os processos históricos de marginalização vivenciados pelos povos dos campos, das águas e das florestas e pelas pessoas público da Educação Especial, evidenciando que a articulação entre essas duas áreas emerge das lutas sociais por reconhecimento e garantia de direitos. O autor destaca que, apesar dos avanços nas políticas de Educação Inclusiva, a construção dessa interface ainda demanda fortalecimento de pautas políticas emancipatórias, formação docente específica e produção de conhecimento comprometida com as realidades socioterritoriais.

Diante desse cenário, torna-se fundamental analisar como a produção científica tem abordado a interface entre Educação do Campo e Educação Especial. Assim, o Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE), principal evento científico da área no país, configura-se como um espaço privilegiado para a socialização de pesquisas, reflexões teóricas e relatos de experiência que demonstram avanços, tendências e lacunas nesse campo de investigação. Realizado em caráter bienal, o CBEE é promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE), em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (PPGEEs/UFSCar), consolidando-se, desde 2003, como referência nacional para o intercâmbio científico e a articulação de pesquisadores

Assim, este estudo tem como objetivo analisar as produções que evidenciam a interface entre Educação do Campo e Educação Especial, presente nos anais do CBEE de 2018 a 2025.

METODOLOGIA

O estudo adotou o delineamento de Revisão Integrativa da Literatura, com a finalidade de sintetizar os trabalhos sobre Educação Especial e Educação do Campo produzidos no congresso em questão. A revisão foi desenvolvida a partir da proposta por Mendes, Silveira e Galvão (2008), que estabelece seis passos: (1) questão de pesquisa; (2) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; (3) definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; (4) avaliação dos estudos; (5) interpretação dos resultados; (6) apresentação da revisão.

Nesse sentido, problematiza-se: Quais são as características, tendências e lacunas da produção científica sobre Educação do Campo na interface com a Educação Especial, presentes nos anais do CBEE nos anos de 2018, 2021, 2023 e 2025?

A coleta dos dados foi realizada nos anais do CBEE, disponíveis em formato digital no site do PPGEEs. Foram consideradas as edições dos anos de 2018, 2021, 2023 e 2025. A coleta ocorreu por meio da ferramenta de busca do próprio site, utilizando-se como descritor a expressão “educação do campo", o que resultou inicialmente em um conjunto de 57 trabalhos, incluindo estudos nos quais o termo “campo” aparecia em diferentes contextos, nem sempre relacionados à Educação do Campo. Assim, procedeu-se à leitura dos títulos. Após essa etapa de triagem, foram identificados: 2018 (11 trabalhos); 2021 (3 trabalhos); 2023 (10 trabalhos); 2025 (2 trabalhos). Dessa forma, o corpus final da pesquisa foi constituído por 26 trabalhos, os quais foram submetidos à análise.

É importante ressaltar que os trabalhos foram lidos na íntegra e as informações organizadas e agrupadas em categorias. Prodanov e Freitas (2013) destacam que a categorização se trata da organização dos dados para que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir deles.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados foram divididos em duas categorias: 1) Caracterização dos estudos; 2) Temáticas evidenciadas nas produções.

Caracterização dos estudos

Os dados dos 26 estudos selecionados encontram-se no Quadro 1, que sistematiza os trabalhos que compõem o corpus desta revisão, considerando os seguintes aspectos: autores, ano de publicação, objetivo e tipo de pesquisa, conforme apresentado a seguir.

Quadro 01 – Relação dos estudos analisados de acordo com os autores, ano de publicação, objetivo e tipo de pesquisa

Designação	Objetivo	Tipo de Pesquisa
Anjo (2018)	Mapear dados de matrículas de alunos PAEE em escolas do campo no Espírito Santo.	Pesquisa cartográfica
Anjos; Damasceno; Macedo (2018)	Caracterizar a realidade de uma escola do campo amazônica quanto à inclusão e à oferta do AEE.	Estudo qualitativo com base na Teoria Crítica
Freitas (2018)	Analisar relatos de professores que atuam em escolas do campo com alunos com deficiência.	Levantamento de dados

Galvão (2018)	Analisar publicações sobre Educação Especial na Educação do Campo.	Revisão de literatura
Mercês; Macedo; Loureiro; Ferreira; Ferreira (2018)	Analisar a percepção de políticas públicas a partir de um professor e de uma aluna em escola ribeirinha multisseriada.	Pesquisa de campo
Piaia (2018)	Mapear produções sobre a interface Educação Especial e Educação do Campo.	Revisão sistemática
Ribeiro; Rosa; Icasatti; Neto; Nozu(2018)	Analisar estratégias dos planos municipais de educação da região da Grande Dourados/MS.	Estudo documental
Santos; Nozu; Ribeiro (2018)	Analisar matrículas de alunos PAEE em escolas do campo de MT e MS no período de 2007 a 2017.	Pesquisa quantitativa
Santos; Silva (2018)	Analisar a relação entre currículo e escolarização de pessoas com deficiência.	Revisão teórica
Silva; Nozu; Galvão; Lima; Dias (2018)	Descrever e problematizar o processo de inclusão de uma aluna com TEA em uma escola do campo.	Estudo de caso
Zwetsch (2018)	Refletir sobre a interface entre a Educação Especial e a Educação do Campo a partir da prática do AEE em uma escola do campo de Pelotas/RS.	Relato de experiência
Leite; Diniz; Oliveira (2021)	Analisar as concepções, estratégias desafios e facilidades de professores de Educação Física frente ao processo de inclusão de alunos com deficiência em uma escola do campo.	Estudo de caso qualitativo
Pereira; Viana; Silva; Kaniski (2021)	Articular currículo e AEE em uma sala multisseriada do campo.	Pesquisa-ação qualitativa
Romeiro; Anastacio; Petelin; Nozu (2021)	Analisar teses e dissertações da UFGD sobre a interface.	Revisão bibliográfica
Bringel; Rolim (2023)	Compreender o cenário da educação inclusiva na região Amazônica, observando os fatores limitantes e as oportunidades de garantir um processo de aprendizagem igualitário e efetivo às pessoas com deficiência.	Pesquisa exploratória qualitativa
Favacho; Nascimento; Batista (2023)	Analisar a organização do AEE em escolas do campo de Castanhal/PA.	Pesquisa qualitativa
Machado (2023)	Investigar produções sobre formação docente inclusiva no campo.	Estudo bibliográfico
Martins; Moreira (2023)	Analisar condições de trabalho docente no contexto amazônico.	Pesquisa qualitativa
Melo; Nozu (2023)	Analisar documentos político-normativos produzidos pelo sistema estadual de ensino do Piauí sobre Educação Especial e Educação do Campo, de modo a perscrutar a previsão de possíveis interfaces dessas modalidades de ensino.	Pesquisa documental qualitativa

Nascimento (2023)	Investigar práticas pedagógicas decoloniais na Educação Especial do Campo.	Pesquisa de campo qualitativa
Oliveira; Neres; Silva (2023)	Analisar os indicadores da Meta 4 do PME de Campo Grande/MS, considerando seus desdobramentos para a Educação Especial no contexto da Educação do Campo.	Pesquisa documental
Oliveira; Zerbato (2023)	Analisar as produções publicadas nos anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial- CBEE, em busca de interseccionalidades entre a Educação Especial e a Educação do Campo.	Pesquisa bibliográfica qualitativa
Petelin; Poloni; Dutra; Nozu (2023)	Analisar as produções científicas, a nível de pós-graduação Stricto Sensu (teses de Doutorado e dissertações de Mestrado), que tratam das interfaces da Educação Especial com a Educação do Campo e a Educação Escolar Indígena elaboradas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Inclusiva (GEPEI).	Revisão narrativa
Santos; Matos; Lopes; Santos (2023)	Analisar produções acadêmicas sobre políticas inclusivas no campo.	Pesquisa bibliográfica
Esquer; Blaszko (2025)	Analisar pesquisas do Portal CAPES sobre currículo, campo e inclusão.	Revisão de literatura
Oliveira; Zerbato (2025)	Analisar artigos científicos sobre Educação Especial e Educação do Campo.	Revisão bibliográfica qualitativa

Fonte: Elaboração própria (2026).

O quadro evidencia que as produções que abordam a interface entre a Educação Especial e a Educação do Campo, apresentam maior concentração nos anos de 2018 e 2023, em contrapartida, observa-se menor número de publicações em 2021 e 2025. Além disso, predominam pesquisas de natureza qualitativa, destacando-se estudos de caso (2), pesquisas de campo (2), análises documentais (3) e revisões de literatura ou bibliográficas (8), o que demonstra esforço em compreender as especificidades dos contextos do campo e os desafios da implementação das políticas inclusivas. No entanto, o número ainda restrito de produções revela que essa interface permanece pouco explorada na produção científica. Essa constatação converge com o estudo de Santos, Ribeiro e Fernandes (2023), que também apontam a necessidade de ampliar o debate sobre deficiência e Educação do Campo na interface com a Educação Especial.

Observa-se, ainda, recorrência de estudos voltados à organização do Atendimento Educacional Especializado – AEE (4 estudos), às matrículas de estudantes público da Educação Especial em escolas do campo (2 estudos), às políticas públicas e documentos educacionais relacionados à interface entre Educação Especial e Educação do Campo (4 estudos) e às práticas pedagógicas e processos de inclusão desenvolvidos em escolas do campo (5 estudos) com

destaque para contextos amazônicos e regiões historicamente marcadas por desigualdades territoriais. Apesar do avanço no volume e na diversidade temática das pesquisas, os estudos apontam a persistência de lacunas, sobretudo no que se refere à articulação entre currículo, formação docente e práticas inclusivas sistematizadas.

Tais aspectos discutem os resultados dos estudos de Nozu, Gonçalves e Fernandes (2025) e de Moraes, Costa e Oliveira (2019), uma vez que ambos revelam a distância entre as normativas da Educação Especial e as condições concretas de escolarização nos territórios camponeses. Os autores também demonstram que, embora a legislação assegure a interface entre Educação Especial e Educação do Campo, persistem fragilidades relacionadas à estrutura das escolas, à organização e o funcionamento do AEE, assim como a disponibilidade de recursos pedagógicos, revelando que a garantia legal da inclusão não se materializa de forma plena nas escolas do campo.

Temáticas evidenciadas nas produções

A categoria Temáticas evidenciadas nas produções, permite identificar tendências, principais focos analíticos, como pode ser observado no quadro 02.

Quadro 02 – Apresentação da quantidade de trabalhos por tendência por ano

Tendências	2018	2021	2023	2025	Total por tendência
Atendimento Educacional Especializado e organização da inclusão em escolas do campo	6	1	4	1	12
Políticas públicas, gestão educacional e documentos normativos	2	1	4	0	7
Formação docente, currículo e práticas pedagógicas inclusivas no campo	3	1	2	1	7
Total por ano	11	3	10	2	26

Fonte: Elaboração própria (2026).

O quadro 2 evidencia a centralidade do debate em torno do Atendimento Educacional Especializado e da organização da inclusão nas escolas do campo, indicando que a produção científica tem priorizado a dimensão operacional da política inclusiva nesses territórios. Em contrapartida, observa-se menor problematização das questões estruturais, como gestão, formação docente e formulação das políticas públicas, o que pode sugerir que a discussão ainda se concentra mais na execução do atendimento do que na análise das condições sistêmicas que o sustentam. Esse movimento aponta para a necessidade de ampliar investigações que articulem

a implementação da inclusão às dimensões políticas, formativas e institucionais que estruturam a Educação Especial na interface com a Educação do Campo.

Buscando afunilar a análise, optou-se pela apresentação de uma síntese analítica dos estudos pertencentes às diferentes tendências mencionadas acima.

Atendimento Educacional Especializado e organização da inclusão em escolas do campo

De modo geral os trabalhos como os de Zwetsch (2018), Anjos, Damasceno e Macedo (2018), Silva et al. (2018) e Favacho et al. (2023) demonstram ampliação do acesso dos estudantes público da Educação Especial às escolas do campo e a implantação do AEE em diferentes regiões, indicando avanços formais na garantia do direito à escolarização.

Entretanto, quando analisadas as condições de oferta, observa-se que o AEE ocorre de forma desigual, marcada por limitações estruturais, precarização do trabalho docente e frágil articulação entre atendimento especializado e currículo escolar (Zwetsch, 2018; Pereira et al., 2021; Favacho et al., 2023). Nos contextos amazônicos e ribeirinhos, caracterizados por desigualdades históricas, tais entraves tornam-se ainda mais evidentes (Mercês et al., 2018; Bringel; Rolim, 2023).

Esses achados dialogam com os estudos de Nozu (2023) e Nozu, Gonçalves e Fernandes (2025), que mesmo com existência legal da interface entre Educação Especial e Educação do Campo não assegura sua materialização nos territórios camponeses, revelando a persistência de uma lacuna estrutural entre discurso inclusivo e condições materiais de implementação. Assim, embora o AEE seja reconhecido como estratégia central da política inclusiva, sua efetivação no campo exige reorganizações pedagógicas e territoriais que considerem as especificidades socioculturais e produtivas do meio rural, sob pena de reprodução de modelos urbanos descontextualizados tensionando, portanto, o próprio princípio de equidade inscrito nos marcos legais.

Políticas públicas, gestão educacional e documentos normativos

A segunda tendência reúne pesquisas que examinam políticas públicas, planos de educação e documentos normativos voltados à interface entre Educação do Campo e Educação Especial. Os estudos como os de Ribeiro et al. (2018), Melo e Nozu (2023) e Oliveira, Neres e Silva (2023) revelam que, nos planos estaduais e municipais, a articulação com a Educação Especial aparece de forma genérica, frequentemente dissociada das especificidades do campo.

Os resultados indicam que locais federativos reproduzem diretrizes nacionais sem contextualização territorial, o que compromete a consolidação de políticas inclusivas

substantivas. Estudos como de Santos, Nozu e Ribeiro (2018) e Anjo (2018) analisam o crescimento nas matrículas de estudantes público da Educação Especial em escolas do campo. Entretanto, os dados revelam que a expansão do acesso não tem sido acompanhada por investimentos proporcionais em infraestrutura, formação docente e recursos de acessibilidade. O que dialoga com Moraes, Costa e Oliveira (2019) acerca da distância entre previsão normativa e realidade institucional.

Formação docente, currículo e práticas pedagógicas inclusivas no campo

A terceira tendência contempla pesquisas que discutem formação docente, currículo e práticas pedagógicas inclusivas no contexto da Educação do Campo, reafirmando que o direito à educação, implica não apenas matrícula, mas permanência e aprendizagem com equidade. Trabalhos como os de Galvão (2018), Machado (2023) e Martins e Moreira (2023) evidenciam desafios relativos à formação inicial e continuada, à escassez de recursos pedagógicos e ao isolamento profissional nos territórios rurais.

Estudos que articulam currículo e inclusão (Santos; Silva, 2018; Pereira et al., 2021; Esquer; Blaszko, 2025) indicam a necessidade de superação de propostas curriculares homogêneas. Nessa direção, Nascimento (2023) aponta a emergência de práticas pedagógicas decoloniais, ainda incipientes, mas relevantes para a construção de uma Educação Especial do Campo comprometida com justiça social e reconhecimento das diferenças.

Tais resultados dialogam com Fernandes e Nascimento (2022), ao evidenciar que a articulação entre Educação do Campo e Educação Especial constitui campo em disputa, tensionado por racionalidades urbanocêntricas que historicamente marginalizaram tanto os povos do campo quanto as pessoas com deficiência. As lacunas identificadas por Lima e Vilaronga (2025) e Silva e Oliveira (2025), que demonstram a persistência de limitações na formação docente, na organização do AEE e na oferta de recursos acessíveis em contextos ribeirinhos e quilombolas.

De modo geral, a análise evidencia que a consolidação da interface entre Educação do Campo e Educação Especial depende do fortalecimento de políticas formativas contextualizadas, da integração entre currículo e território e da superação de abordagens normativas descontextualizadas.

CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar as produções sobre a interface entre Educação do Campo e Educação Especial nos anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial

(CBEE) de 2018 a 2025. Observou-se que as pesquisas reiteram a persistência de fragilidades estruturais, limitações na formação docente, precariedade na acessibilidade arquitetônica e insuficiência de recursos pedagógicos.

Embora haja a presença de produções sobre a interface entre Educação Especial e Educação Campo, observa-se que há uma oscilação no quantitativo delas ao longo dos anos analisados no CBEE. Assim, torna-se fundamental que sejam fomentadas e ampliadas pesquisas que incorporem a análise interseccional de territórios, de modo a contribuir para a superação do distanciamento entre política pública e prática escolar.

Como limitações desta revisão, destaca-se o recorte temporal e restrito aos anais de um único evento científico, o que, embora relevante para a área, não abrange a totalidade da produção nacional sobre o tema. Além disso, a utilização de um único descritor para a busca pode ter implicado a não identificação de estudos que abordem a interface de forma indireta ou com outras terminologias. Soma-se a isso o fato de que trabalhos apresentados em eventos nem sempre refletem pesquisas concluídas ou publicadas em periódicos, o que pode limitar a profundidade das análises disponíveis.

Para estudos futuros, sugere-se a realização de Revisão Integrativa da Literatura em bases de dados para comparar com os estudos apresentados em eventos. Sugere-se também analisar pesquisas que mostram a prática da Educação Especial no Campo em diferentes níveis de ensino.

REFERÊNCIA

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BATISTA, O. Educação Básica do Campo no contexto do Novo Ensino Médio. **Currículo sem Fronteiras**, v. 23, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 nov. 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 abr. 2002.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 abr. 2008.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CRUZ, R. A. A formação para o trabalho no âmbito da família camponesa e da escola de ensino médio rural. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 19, n. 1, p. 93–110, 2019.

DE SOUSA DOS SANTOS, A. C.; OLIVEIRA RIBEIRO, E. do S.; CUNHA DOS SANTOS FERNANDES, A. P. Educação Especial dos campos e as crianças ribeirinhas: uma reflexão interseccional: Special education in the field and the riverside child: an intersectional reflection . **Revista Cocar,** 2023.

FERNANDES, Maria de Fátima; NASCIMENTO, Letícia Pereira do. Educação do Campo e Educação Especial: desafios e possibilidades para a inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 28, n. 3, p. 1–18, 2022.

LIMA, Amanda da Silva; VILARONGA, Carla Ariela Rios. Educação Especial em contexto ribeirinho: interfaces, limites e desafios. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 10, e12345, 2025.

MELO, K. R. A.; PEREIRA, L. A. Acesso e permanência no ensino médio. **Revista de Educação Popular**, v. 19, n. 3, p. 99–121, 2020.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, 2008.

MORAES, Marlúcia Lopes; COSTA, Elson Ferreira; OLIVEIRA, Waldma Maíra Menezes de. A acessibilidade e a inclusão nas escolas públicas do município de Cametá/PA: um despertar para a realidade. In: OLIVEIRA, Waldma Maíra Menezes de; SABOIA, Tiago Corrêa (org.). **Educação inclusiva no campo: movimentos sociais, práticas educativas e processos formativos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. p. 138–160

NOZU, Washington Cesar Shoiti. Interfaceando Educação Especial e Educação do/no Campo: à guisa de apresentação. In: NOZU, Washington Cesar Shoiti (org.). **Educação Especial e educação do/no campo: sujeitos, movimentos e interfaces**. 1. ed. Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia Editora, 2023. p. 17-29

NOZU, W. C. S.; GONÇALVES, T. G. G. L.; FERNANDES, A. P. C. DOS S. Políticas de Educação Especial do/no Campo: os Contextos dos Estados Brasileiros de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Pará1. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 31, 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, Maria do Carmo Lobato da; OLIVEIRA, Márcia Cristina da Conceição Santos. PERCEPÇÃO DOCENTE SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA QUILOMBOLA DA AMAZÔNIA AMAPAENSE. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial,** Marília, SP, 2025.